

<p>Evidência de Tratamento de Parecer Edital para Seleção de Parceiro Privado para Gestão de Educação</p>					
Parecer	Item	Tipo	Situação	Data	Ação/Contestação
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	17.2 Recomenda-se a avaliação da coerência entre a redação do teor da minuta do Edital e de seus Anexos.	Recomendação	Observado	28/03/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	18. Em relação ao requisito da alínea 'a', item 1, do art. 17 do Regulamento, recomenda-se à Unidade Consulente que se certifique sobre a compatibilidade das especificações técnicas da solução a ser desenvolvida mediante parceria em oportunidade de negócio, constantes da Minuta de Edital com o conteúdo do referido requisito.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	18.1 Diante do esclarecimento apontado no sistema Júdice pela Unidade Consulente de que a solução Saas Gestão de Educação atenderá as secretarias de educação dos Estados e Municípios, recomenda-se o ajuste da redação do Anexo 1 - Especificação do Objeto para ficar claro que a solução tem com público-alvo as instituições educacionais estaduais e municipais	Recomendação	Tratado	28/04/2024	Em observância ao apontamento realizado, esta SUNIN/INPAR informa que o referido anexo foi revisado.
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	19.1.7 D ito isto, cabe ao gestor público, dentro do seu poder discricionário, optar em manter ou não, a previsão de vedação de empresa em recuperação judicial na participação da seleção para parceria em oportunidade de negócio, recomendando-se ao Consulente, no caso de exclusão, que motive, nos autos do processo administrativo, de forma minuciosa e clara sua decisão.14 19.1.8 D a mesma forma, caso haja a permissão para que a empresa em recuperação judicial participe do processo de seleção, em especial na situação de ela ser declarada vencedora, a importância e indispensabilidade da fundamentação é ainda maior, mas, em tal caso, como proteção ao próprio gestor público, pois, caso futuramente a empresa vier à falência, não logrando êxito a recuperação judicial, tornando-se incapaz de cumprir suas obrigações com a Administração Pública, o agente público pode ser responsabilizado pessoalmente devido à falta de uma análise criteriosa da viabilidade econômico-financeira da empresa durante o processo de seleção. Recomenda-se a necessária motivação da decisão por parte da Administração Pública.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	24. V erifica-se no item 3.3 da Minuta de Edital (Seção III – Da Manifestação de Interesse -Proposta) que a Administração estabelece vedação à participação no certame de empresas reunidas em consórcio. Todavia, considerando que a permissão a participação de consórcios no presente chamamento poderia ampliar a competitividade do certame, recomenda-se que conste dos autos do processo administrativo a justificativa para tal restrição, caso a posição administrativa não se altere, tendo em vista o princípio da isonomia e da competitividade.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	26. D esse modo, esta Supju recomenda a observância dos procedimentos constantes dos itens 2 e 3 do artigo 17 do Regulamento, devendo a Administração garantir o seu cumprimento e, ainda, a ampla divulgação do Edital (item 2) e ao prazo do edital do chamamento público, o qual deve ser, no mínimo, de 30 (trinta) dias entre sua publicação e realização do procedimento competitivo.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	32. E m relação à qualificação das partes, no preâmbulo da minuta esta Superintendência Jurídica recomenda à Unidade Consulente, quando da assinatura do contrato advindo deste instrumento, que se certifique da correta identificação dos nomes e dados das partes contratuais e seus representantes, bem como da competência deles para formalizar o instrumento.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	33. N o quanto ao quadro resumo da minuta, a classificação de sigilo “Acesso Público (parcial), com informações sigilosas” do Contrato visa garantir a proteção de segredo comercial ou de negócio envolvido, e atende o disposto no art. 22 da Lei n. 12.527/2011 e no art. 6º do Decreto n. 7.724/2012 e à cláusula de confidencialidade do presente contrato. Recomenda-se a adoção de cautelas para a garantia do sigilo das informações tratadas na Cláusula Décima Quinta e no Anexo D.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	34.1 N ode ser verificado na Cláusula Segunda, subcláusulas 2.3.1 e 2.3.2 a mesma definição já exposta acima, razão pela qual recomenda-se a sua exclusão com o objetivo de se evitar a repetição e redundância, mantendo-se, apenas, as subcláusulas 3.1 e 3.2.	Recomendação	Tratado	28/04/2024	Em observância ao apontamento realizado, esta SUNIN/INPAR informa que os subitens 2.3.1 e 2.3.2 foram excluídos.
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	35. N a Cláusula Quarta do contrato trata das obrigações conjuntas ou exclusivas das partes. Recomenda-se ao Administrador avaliar criteriosamente as definições básicas inseridas e a viabilidade de atendimento das obrigações e encargos previstos.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	36.1 E m relação à análise de integridade, recomenda-se que seja observado o disposto no artigo 20 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do Serpro (Deliberação GE-013/2021).	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	37. V erifica-se que as Cláusulas Sétima, Oitava e Nona dispõem, respectivamente, sobre o compartilhamento de resultados, matriz de riscos, valor e condições do Repasse. A subcláusula 7.1 aduz que as receitas auferidas pelas partes decorrerão de contratos que serão celebrados pelo Serpro com os clientes. Recomenda-se, quando da efetiva elaboração da minuta, que o compartilhamento de riscos esteja previsto na Matriz de Riscos que constará no Anexo C do Contrato, conforme estabelecido pela subcláusula 8.1.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	43. N aliente-se que a Cláusula Décima Quarta estabelece as hipóteses de rescisão contratual. Em razão da possibilidade de rescisão antecipada com antecedência mínima de 12 (doze) meses e, como o Plano de Negócio preliminar prevê que os detalhes serão discutidos posteriormente, recomenda-se, para melhor segurança jurídica, à Unidade Consulente a inclusão desses eventuais ajustes posteriores na minuta contratual. 43.1 E ainda, recomenda-se a inclusão na minuta contratual da previsão da penalidade por rescisão antecipada equivalente a 12 (doze) vezes o valor da receita mensal obtida no mês anterior à notificação da intenção de rescisão antecipada.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR

PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	44.1.1Especificamente quanto à palavra verbalmente, sabe-se que a formalidade é condição essencial nas relações jurídicas da Administração Pública, de sorte que não se admite a possibilidade de divulgação de informação por meio oral. Assim explicado, para efeito de maior segurança jurídica às partes, recomenda-se à Unidade Consulente a exclusão do texto da expressão “verbalmente” ou que expresse que a informação, oral, será reduzida a termo.	Recomendação	Tratado	28/04/2024	Em observância ao apontamento realizado, esta SUNIN/INPAR informa que o subcláusula 15.1 foi alterada com exclusão do termo "verbalmente".
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	45.2Desse modo, orienta-se a Unidade Consulente, quando da elaboração efetiva do contrato, a inclusão na minuta dos respectivos endereços de e-mail para comunicação e registro de ocorrências do Serpro e do Parceiro bem como do subcláusula que estabeleça que os prazos indicados na subcláusula 2 do artigo 23 do Regulamento iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail.	Orientação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	50.2Por fim, orienta-se o gestor, quando da efetiva confecção da minuta contratual associativa, a inclusão de cronograma com as estimativas de prazo, em dias úteis, referentes às atividades a serem realizadas pelas partes. Atende-se, portanto, ao disposto no artigo 22, item 2, alínea “e” do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do Serpro (Deliberação GE-013/2021).	Orientação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR
PARECER JURÍDICO Nº 201/2024 – Público	51.1Nesse sentido, por ser a minuta contratual sob exame passível de revisão e negociação entre as partes, recomenda-se à Unidade Consulente aperfeiçoar o contrato associativo com o parceiro selecionado tendo por base o art. 22 do Regulamento de Contratação de Parcerias em Oportunidades de Negócio do Serpro, para que nenhuma cláusula obrigatória deixe de ser tratada, a exemplo da matriz de riscos. 51.2Além disso, recomenda-se considerar, como limites à negociação do contrato, os princípios da Administração Pública, dispostos no caput do art. 37 da CR/88, a saber: os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.	Recomendação	Observado	28/04/2024	Recomendação observada por esta SUNIN/INPAR